

# “Cacheada, pixaim ou sarará”: alisamento e transição capilar em textos do *G1 Acre*

**Jaine Araújo da Silva**

Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, AC, Brasil  
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0057-8107>

**Francielle Maria Modesto Mendes**

Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, AC, Brasil  
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2856-4444>

## Resumo

Este artigo objetiva verificar de que forma o jornalismo, em três matérias do *site G1 Acre*, interpreta e representa a vida de mulheres com seus cabelos crespos e cacheados, partindo do entendimento de que tais texturas capilares estão inseridas nos intensos jogos das relações raciais vigentes no Brasil, autointitulado país da democracia racial. Como objetivos específicos, buscou-se identificar nas narrativas das fontes os atravessamentos sociais, familiares e raciais que lhes fizeram tomar as decisões de alisar o cabelo e, depois, passar pelo processo de transição capilar; e, por fim, compreender o papel desenvolvido por grupos de apoio a mulheres que decidem passar pela transição capilar. As três matérias analisadas foram publicadas no *site* em novembro de 2015 e novembro de 2016 e foram analisadas a partir das elaborações teóricas de Nilma Lino Gomes, Stuart Hall e Patricia Hill Collins, entre outros. A análise de conteúdo dos textos mostra que as representações jornalísticas dos fenômenos se limitam à narrativa das fontes-personagens, deixando de lado a possibilidade de aprofundamento histórico e político dos conflitos raciais exprimidos nos tratos de cabelos crespos e cacheados na sociedade brasileira.

## Palavras-chave

cabelos; *G1 Acre*; Jornalismo; mulheres negras; racismo

## 1 Introdução

O corpo tem centralidade no modo como as pessoas negras se enxergam, são percebidas e tratadas socialmente. Pele e cabelo são os principais signos atribuídos a tais

corporalidades, reforçando sentidos e permeando conflitos raciais vigentes. No Brasil, país em que o mito da democracia racial pulsa, quanto mais perto da branquidão, maiores as chances de a pessoa ser tratada como humana, digna de respeito e de direitos. Esse *continuum* de cor é também um *continuum* de textura capilar, como mostra a investigação etnográfica feita por Gomes (2019), de modo que, nessa escala, o cabelo liso está para a pele branca da mesma maneira que o cabelo crespo está para a pele preta. Entre um extremo e outro há uma infinidade de possibilidades e negociações conflituosas.

O Acre tem 80% de sua população negra – 74,1% autodeclarada parda e 5,9%, preta, conforme a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (2019), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Assim, o presente artigo tem como objetivo geral verificar de que forma o jornalismo, em três matérias do *G1 Acre*, interpreta e representa a vida de mulheres com seus cabelos crespos e cacheados, considerando que tais texturas capilares fazem parte dos jogos das relações raciais brasileiras. Como objetivos específicos, busca-se ainda identificar nas narrativas das fontes os atravessamentos sociais, familiares e raciais que lhes fizeram tomar as decisões de alisar o cabelo e, depois, passar pelo processo de transição capilar; e, por fim, compreender o papel de grupos de apoio de mulheres que passam pela transição capilar. Além disso, também são colocados sob problematização os modos como o jornalismo representou os casos noticiados, a fim de evidenciar o quanto o jornalismo é ator importante na difusão e na falta de questionamento a todos esses atravessamentos sociais, sendo, portanto, uma categoria de análise no presente estudo.

Publicados no mês da consciência negra, os textos estudados são: *Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouvia apelidos’* (MELO, 2015a); *No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos* (MELO, 2015b); e *Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado* (BARBOSA, 2016). As matérias compõem o *corpus* estudado em uma pesquisa de mestrado já finalizada<sup>1</sup>. No presente artigo, optou-se por restringir o estudo dos textos que tratavam especificamente da relação das fontes com seus cabelos crespos ou cacheados.

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da dissertação *“Aquela preta era eu”: representações sobre mulheres negras em matérias dos sites ContilNet Notícias e G1 Acre*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, por Jaine Araújo da Silva, em maio de 2022. O *corpus* estudado na dissertação inclui 12 textos, nove publicados no *G1 Acre* e três na *ContilNet Notícias*, entre 2015 e 2018. O conteúdo ficou distribuído em dois subtemas: “corpo e cabelo” e “racismo e injúria racial”. O *corpus* da dissertação foi coletado a partir de buscas com as palavras-chave “mulher negra” e “mulheres negras”. Nem sempre as palavras-chave aparecem nos textos analisados tal qual escritas anteriormente. É provável que os resultados das buscas nos sites tenham mostrado esses textos em razão da existência das palavras “mulher” e “mulheres” neles. No entanto, como dito acima, no presente artigo, optou-se exclusivamente pelo estudo dos textos que tratavam da relação das fontes com seus cabelos crespos ou cacheados (SILVA, 2022).

Em termos de metodologia, a técnica aplicada é a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016). No que se refere ao embasamento teórico, a discussão sobre representações e a produção de sentidos jornalística é baseada em Hall (2016), Silva (2014) e Moraes (2015), enquanto a discussão das questões raciais é embasada pelos estudos de Gomes (2019) e Collins (2019). O artigo apresenta três categorias analíticas: motivações para o alisamento; motivações e sentidos da transição capilar; e grupos de apoio durante a transição capilar.

## 2 Representações e a produção jornalística de sentidos

Para Hall (2016), os sentidos circulantes no âmbito cultural não ficam restritos as nossas mentes. Ao contrário, organizam e regulam práticas sociais, influenciam condutas e resultam em desdobramentos que extrapolam a dimensão simbólica, influenciando convenções e normas sociais. As representações, por sua vez, são conceituadas pelo autor como a produção de sentido pela linguagem. Disso compreende-se que não há sentidos intrínsecos, o sentido é construção, possibilidade, mas os sujeitos que partilham determinada cultura dão sentidos semelhantes a acontecimentos, grupos, objetos, sentimentos. A busca de estabilidade dos sentidos só é possível quando os indivíduos em questão partilham o mesmo código cultural.

A cultura é campo de produção e circulação de sentidos constantemente expostos a negociações e balizados por diferentes jogos de linguagem. Assim, as palavras que usamos, as histórias que narramos e as imagens que criamos, as emoções e os valores que associamos a sujeitos, coisas, objetos, sentimentos etc., são elementos que informam o modo como atribuímos sentidos a cada um desses itens (HALL, 2016).

Com base no autor, compreende-se que a importância de pensar nos elementos utilizados para fazer esse intercâmbio por meio da cultura reside em analisar a sua função. É crucial pensar nos efeitos das palavras como elementos mobilizados para construir representações, bem como pensar sobre os possíveis efeitos de sentido por elas gerados, especialmente quando se analisam textos jornalísticos sobre mulheres negras, sujeitas vitimizadas por, pelo menos, dois marcadores de diferença: raça e gênero.

Nessa perspectiva, a mídia em geral e o jornalismo em particular desempenham papel estratégico na reprodução de sentidos que circulam socialmente. Silva (2014) defende que os meios de comunicação são uma instância pedagógica cultural que influencia a produção de

saberes cotidianos, uma vez que os diferentes produtos que circulam nos meios de comunicação dão origem a discursos que incidem sobre a vida social, conferindo àquilo que não está na mídia pouca ou nenhuma relevância. Ressaltamos, no entanto, que não se trata de compreendermos o jornalismo como instância que exerce domínio absoluto diante de uma incapacidade crítica do público, mas de reconhecermos as implicações dos modos como a cobertura jornalística é realizada visando a um trabalho que seja mais responsável e capaz de se enxergar como incumbido de responsabilidade social. A relação sujeito-mídia vai além da dimensão simbólica, pois diariamente a mídia nos indica:

[...] as verdades sobre como devemos nos portar, as “dicas” para viver melhor, os perfis comportamentais mais “adequados”, os modos legítimos de viver nossa sexualidade, adornar nossos corpos, enfim, como comportarmo-nos e sujeitarmo-nos como “normais” e “aceitos” (SILVA, 2014, p. 51).

O jornalismo não apenas dá vazão ao próprio conhecimento, mas organiza e medeia a circulação das informações de outras áreas, traduzindo-as de modo que elas possam ser compreendidas por uma numerosa e heterogênea audiência. Para Moraes (2015), o jornalismo não deve ser caracterizado apenas por novidade calcada no fato, rigor, espetacularização e velocidade. É necessário que essas características sejam aliadas a uma ida além do factual, da capacidade informativa. É fundamental explorar o potencial analítico e reflexivo do jornalismo, o que pode ser alcançado quando se dialoga com outros campos de conhecimento. Esses diálogos enriquecem e complexificam os modos como o jornalismo representa as distintas realidades sociais ajudando a evitar a construção de representações que normalizam acontecimentos que estão relacionados a sistemas de dominação complexos, a exemplo do racismo e do sexismo.

No pensar de Silva (2014), o jornalismo é instrumento de normatização social. Ele pode, por exemplo, promover discussões sobre as relações raciais ou, ao contrário, tornar ainda mais fortes ideias racistas que impactam vidas de pessoas negras e brancas de forma expressiva. Sobre as relações raciais brasileiras, entende-se que, quando o jornalismo adota o discurso da democracia racial como uma verdade, colabora com um projeto de nação que retroalimenta um sistema de dominação racista que, por sua vez, impacta as relações de classe e gênero.

Pensar no jornalismo é pensar em diferentes instâncias. Primeiro porque notícias são elaboradas por sujeitos sociais, com vivências e histórias; depois porque o próprio modo de produção das notícias e reportagens é constituído por diferentes escolhas e, conseqüentemente, renúncias: selecionam-se assuntos a partir de critérios de noticiabilidade, decide-se o enquadramento, escolhem-se as fontes, as imagens, as palavras e assim por diante. Ademais, o profissional que assina a matéria não necessariamente tem total controle sobre a versão que será publicada, pois a construção do material é também influenciada pela linha editorial do veículo. Portanto, há uma espessa rede técnica em que se ancora a produção de conteúdo jornalístico, que envolve interesses profissionais, mercadológicos e sociais que compõem os conflitos implicados na produção de sentidos feita pelo jornalismo.

Para Silva (2014) e Moraes (2015), o jornalista é, nesse sentido, figura central nas negociações referentes à produção de conteúdo jornalístico. Cabe ao jornalista fazer um exercício da alteridade, buscando compreender a pluralidade de grupos sociais, bem como a diversidade cultural, de modo que as representações produzidas em seu trabalho não deem prosseguimento às instâncias de violências impostas a grupos minorizados, a exemplo das populações negras e indígenas. O jornalista encarna um papel que inclui tanto a cultura profissional, quanto a sua própria subjetividade.

Para contribuir com o combate a preconceitos, o jornalista precisa “[...] desmontar o acontecimento, promover a desnaturalização do fato.” (MORAES, 2015, p. 114). Essa postura demanda a desestabilização dos temas abordados, o exercício do questionamento baseado no pensamento crítico acerca dos fenômenos sociais e, quando realizada, pode resultar na construção de representações menos estereotipadas e preconceituosas.

Mais do que entender como as coisas são, a proposta é perguntar por que as coisas são como são, aponta Moraes (2015), recuperando Moretzsohn (2007). No entanto, as rotinas de produção não são as mais favoráveis para isso, de modo que “O profissional vê ‘as coisas como elas são’ e especializa-se, antes de tudo, na *superfície*” (MORAES, 2015, p. 114, grifo da autora). Apesar disso, a autora observa que se é verdade que o jornalismo tem potencial para fomentar e cristalizar preconceitos, também é possível usar esse campo de conhecimento como ferramenta para trincá-los.

Dito isso, nas próximas seções discutiremos as representações do jornalismo sobre a relação das mulheres com seus cabelos crespos e cacheados. Para isso, elaboramos as categorias “motivações para o alisamento”, “motivações e sentidos da transição capilar” e “grupos de apoio durante a transição capilar”. A elaboração das categorias foi guiada pelo

próprio conteúdo dos textos, isto é, a partir da percepção dos temas que se sobressaíram na cobertura jornalística aqui estudada. Ademais, o último tópico do presente artigo apresenta a última categoria de análise, sendo destinado a pensar nos “aspectos jornalísticos” dos textos, entendendo o jornalismo como importante ator na produção de representações, munido de relativa importância quanto ao questionamento ou ao fortalecimento de determinadas dinâmicas que dão a ver as contradições sociais.

### 3 Motivações para o alisamento

Conforme Gomes (2019), a combinação entre racismo e branquitude perverte o modo como pessoas negras, especialmente mulheres e crianças, veem a si mesmas no espelho. Quando internalizam o padrão de beleza vigente, enxergam a si mesmas como o oposto do ideal, desprovidas de beleza. Em razão das consequências sociais de estar fora dos padrões impostos, muitas pessoas negras se submetem a procedimentos — entre os quais o alisamento e o relaxamento dos cabelos crespos e cacheados são comuns —, às vezes ainda na infância. No caso das oito fontes-personagens entrevistadas nas matérias analisadas neste artigo, os processos de alisamento foram iniciados na infância e na adolescência; e a transição capilar, vivida somente anos depois.

Pensando nas motivações para o alisamento, os textos jornalísticos apresentam relatos que podem ser organizados em dois grupos. O primeiro diz respeito a vivências de racismo experimentadas pelas fontes: “Eu alisava porque meus amigos não gostavam de mim. Eu ouvia apelidos ruins por causa do meu cabelo e da minha cor.” (MELO, 2015a, online) – fonte Juliana Bernardino; “As ‘brincadeiras’ feitas pelos coleguinhas da escola fizeram com que ela tivesse o cabelo alisado também aos nove anos. ‘Todos ficavam falando, tirando o sarro.’” (MELO, 2015a, online) — vivência da fonte Laila Assad narrada pela jornalista Quésia Melo; “Quando eu era criança sofria muito preconceito das meninas de cabelos lisos e não fazia parte do padrão do grupo. Uma vez, uma colega chegou a amarrar meu cabelo em uma cadeira e tiveram que cortar. Foi o fim para mim.” (BARBOSA, 2016, online) — fonte Jaqueline Silva; “[...] iniciou o processo de alisamento nos cabelos também como uma forma de ser aceita no ciclo de amizades.” (BARBOSA, 2016, online) — vivência da fonte Quele Oliveira narrada pela jornalista Anny Barbosa.

O segundo grupo de relatos gira em torno de sentidos de feiura e inadequação atribuídos aos cabelos crespos e cacheados, parte das vezes em contraponto ao cabelo liso. As falas das fontes a respeito são as seguintes: “Me sentia feia. Achava que o bonito era o liso e grande. Queria ser bonita.” (MELO, 2015b, online) — fonte Camila Oliveira; “Ninguém nunca me falou nada, mas eu me sentia diferente. Minha mãe não queria deixar, eu via todo mundo com o cabelo liso e solto, tinha vergonha do meu volume.” (MELO, 2015a, online) — fonte Elimara Santos; “Achava meu cabelo feio e difícil de cuidar.” (MELO, 2015a, online) — fonte Ana Luiza.

Nota-se que o cabelo crespo ou cacheado, um dos signos da dimensão corporal da negritude, é tido como inadequado. Assim, a decisão de alisar o cabelo pode ser motivada pelo desejo de não se sentir inferior, tendo relação com uma concepção ampla de autoestima. Pensando no modo como se dão as relações raciais no Brasil, estudar os sentidos do cabelo e dos corpos negros configura o “[...] desafio de articular a questão racial e a questão estética, de tocar o mundo dos sentidos e das emoções na construção da identidade negra.” (GOMES, 2019, p. 39).

A escola, um dos primeiros espaços físicos em que crianças experimentam o contato social para além da família, pode significar, para crianças negras, o contato com o racismo, que tem consequências no modo como se constituirão enquanto sujeitos. Isso ocorreu com a fonte Laila Assad, que alisou os cabelos aos nove anos de idade devido a xingamentos que ouvia na escola. Além da influência externa, o relato de Assad explicita como a lida de pessoas negras com o cabelo depende do modo como suas famílias enxergam a textura capilar: “Eu achava a franja bem ressecada, e minha mãe não sabia mexer com meu cabelo. Resolveu alisar para ver como ficaria, foi assim que começou.” (MELO, 2015a, online).

A afirmação de que a mãe da fonte “não sabia mexer com seus cabelos” dá a entender que cuidar dos cabelos crespos e cacheados exige um conhecimento específico que nem todas as pessoas têm. No pensar de Gomes (2019), isso ocorre em razão do fato de o cabelo crespo ser interpretado no contexto brasileiro como um sinal diferenciador relacionado à referência africana e negra. Diante do desafio de lidar com o cabelo de Laila Assad, o alisamento se mostrou como alternativa que perdurou por cerca de uma década.

A associação de cabelos crespos e cacheados à feiura, presente nas representações dos relatos de Camila Oliveira e Ana Luiza apontam para a dinâmica instaurada pelo pensamento binário que marca mulheres negras como “Outro”. Collins (2019) explica que o pensamento binário sustenta a dimensão ideológica do racismo e do sexismo, garantindo que

peças negras – em especial, mulheres – sejam construídas como oposto de tudo o que é visto como positivo e belo. Por isso, a autora ressalta a centralidade da resistência de mulheres negras à internalização de ideologias dominantes.

Episódios como o contado pela fonte Jaqueline Silva – ter o cabelo amarrado a uma cadeira e cortado (BARBOSA, 2016, online) – materializam a argumentação de Gomes (2019) no que se refere ao fato de pessoas negras se verem primeiro a partir de um processo de negação do próprio corpo. Corpo menosprezado e violentado às vezes pela palavra; em outras ocasiões, fisicamente. O depoimento da fonte negrita ainda a ideia de “padrão”, ou melhor, de seu não pertencimento ao padrão apresentado pelo “grupo das meninas de cabelo liso”. Nesse sentido, a fala revela a inadequação fenotípica de crianças negras sendo construída de modo perverso.

#### 4 Motivações e sentidos da transição capilar

A jornalista Quésia Melo, autora da matéria *Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouvia apelidos’*, observa:

Abandonar a química e assumir o cabelo crespo não é decisão fácil para muitas mulheres. É que algumas delas, como Juliana, carregam nos fios dos cabelos traumas de infância e na tentativa de serem aceitas em grupos sociais acabam recorrendo aos processos de alisamento (MELO, 2015a, online).

A repórter enfatiza que a relação com os cabelos crespos não é só uma decisão estética de mulheres negras, mas um processo atravessado por vivências racistas às quais elas foram submetidas ao longo da vida, a começar pela infância. No texto analisado, a transição capilar é definida como:

Processo longo, que exige paciência e força de vontade. Nesse processo, deixa-se a raiz crescer natural e os fios que passaram por química vão sendo cortados aos poucos. Outras, mais radicais, se submetem ao ‘big chop’, ou grande corte, quando se retira toda a química do cabelo de uma só vez para assumir os fios curtos (MELO, 2015a, online).

A definição centraliza as dificuldades vivenciadas por mulheres que decidem parar de alisar os cabelos. Ao refletir sobre os sentidos de frases como “Antes eu não gostava de mim.



Não gostava do meu cabelo.”; “Demorei muito a ter coragem de mudar o meu visual.”; “Eu aprendi a lidar com o meu cabelo.”; “Hoje eu lido melhor com o meu cabelo.”, Gomes (2019, p. 239) explica que elas exprimem desejo de mudança:

Reportam ao desejo de alteração de uma aparência que desagrada. Falam do lugar do mal-estar. Há aqui duas dificuldades: assumir publicamente o descontentamento com a aparência e ter coragem de intervir para alterá-la. Essa mudança só pode ser conseguida através da *lida*, ou seja, da fadiga, da batalha (GOMES, 2019, p. 239, grifo da autora).

A fala da fonte Juliana Bernardino também constrói sentidos para a transição capilar. A descontinuação dos processos de alisamento, em seu caso, foi forçada em razão de um corte químico (quando o cabelo quebra em razão do uso excessivo e/ou equivocado de produtos) vivido por ela aos 27 anos de idade. Quésia Melo refere-se ao episódio como traumático: “[...] mesmo após cinco anos sem química, ela ainda lembra do trauma vivido.” (MELO, 2015a, online). Ao representar a história contada por Bernardino, o texto evidencia que a relação da fonte com o cabelo foi atravessada por conflitos desde a infância.

Assim, o corte químico sofrido dezoito anos após a primeira vez que ela alisou os cabelos foi mais uma etapa do processo vivido por ela e por tantas outras mulheres negras que elaboram sua corporeidade em um devir entre a rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo (GOMES, 2019), sendo que parte das vezes essas pessoas se veem a partir de um viés de negação/rejeição e só depois se entendem como pertencentes a determinado grupo racial e, eventualmente, enxergam esse pertencimento de modo positivo.

Antes desse corte, a fonte tinha um ritual de manipulação dos cabelos: “Fazia primeiro escova e depois chapinha sempre duas vezes na semana. Quando não estava com ele liso eu fazia coque.” (MELO, 2015a, online). A estudante Camila Oliveira revela que, antes do processo de transição capilar, semelhantemente à Juliana Bernardino, fazia prancha e alisava o cabelo recorrentemente: “Não lembrava nem como ele era. Aos poucos fui descobrindo como cuidar dos fios, antes eu só vivia com ele preso.” (MELO, 2015b, online). Os relatos mostram um desconforto generalizado das fontes em relação aos cabelos, a ponto dos processos de alisamento feitos por meio de escova e chapinha integrarem a rotina diária.

Não havendo mais essas possibilidades de manipulação capilar após o corte químico, Bernardino relatou à jornalista que ficou dois meses sem trabalhar “por sentir vergonha” (MELO, 2015a, online). O cabelo determinava o modo como Bernardino se percebia no

mundo: se alisado, bela; se curto e sem alisamento, feia. Além disso, o relato demonstra a única maneira como ela mesma aceitava ser vista por outras pessoas. É como se a existência da jovem fosse condicionada aos cabelos alisados.

Com o tempo, o cenário mudou: “Quando o cabelo caiu e fui vendo ele crescendo, me apaixonei por mim. Mas, era muito difícil me olhar com o cabelo curtíssimo.” (MELO, 2015a, online). Gomes (2019) explica que a ideia de mulher sensual se relaciona com ter “cabelão”. Assim, mulheres que têm os cabelos crespos e curtos têm ainda menos chance de serem consideradas belas ou atraentes. Nesse sentido, a dificuldade sentida por Bernardino não é estritamente pessoal, mas carrega valores de raça e gênero que circulam socialmente.

A fonte continua: “Depois pus o rastafári e uso até hoje.” (MELO, 2015a, online). Bernardino demonstra ter sido o rastafári um penteado importante em seu processo de enxergar beleza na estética negra. Se antes ela só se sentia confortável com os cabelos lisos ou presos (quando não alisados), com o penteado, passou a enxergar outras possibilidades e a associar seus cabelos à negritude – “Amo meus cachos, me amo por me assumir negra, cacheada, pixaim ou sarará.” – e à liberdade/versatilidade – “Sou muito camaleoa, e o cabelo natural dá essa liberdade.” (MELO, 2015a, online).

Depois que aprendeu a gostar de seus cabelos, Bernardino passou a estimular uma característica comum a cabelos crespos e cacheados: “Mantenho sempre o corte em camadas para dar mais volume.” (MELO, 2015a, online). O depoimento evidencia que o cabelo, mesmo quando “natural”, isto é, não submetido a processos químicos e físicos para alisamento, não é um dado puramente biológico, pois continua sendo atribuído de significados sociais construídos inclusive por quem o “tem”. A fonte adotou outras formas de explorar o cabelo de acordo com os sentidos que ela mesma aprendia a elaborar acerca de seu próprio corpo.

Semelhantemente a Bernardino, Elimara Santos foi condicionada à transição capilar: “Comecei a fazer natação e uma coisa sacrificava a outra. Foi um sofrimento.” (MELO, 2015a, online). De modo semelhante ao relato de Bernardino, Santos associa o cabelo curto ao sentimento de vergonha. Em ambos os casos, fica perceptível que a relação com os cabelos gera consequências emocionais.

Na continuação do depoimento, a fonte conta sobre a reação de outras pessoas ao início de sua transição capilar: “Chegaram a me perguntar se eu estava sem dinheiro para fazer a raiz, levei na esportiva” (MELO, 2015a, online). O questionamento demonstra um raciocínio que elege a falta de recurso financeiro como única justificativa para uma mulher deixar de se submeter ao alisamento capilar. Deixar o cabelo crespo ou cacheado natural

porque decidiu aceitá-lo e, sobretudo, aprendeu a gostar dele não é uma possibilidade que faz sentido. Quando Elimara Santos diz “Sou apaixonada pelo meu cabelo, me senti livre quando tirei o liso.” (MELO, 2015a, online) fica evidente a ideia de liberdade associada à transição capilar.

Essa sensação também é relatada pela fonte Ana Luiza que, assim como Bernardino e Santos, foi condicionada à transição capilar. O motivo foi o fracasso de um procedimento que custou trezentos reais. Diante do fato, Ana Luiza concluiu que “[...] era loucura ficar alisando o cabelo.” (MELO, 2015a, online). A fonte usou a internet para enxergar beleza nos cabelos cacheados e também associa a transição capilar à libertação, além de destacar que o processo exige “desapego”.

As representações das vivências das três fontes demonstram uma clivagem no modo como elas atribuíam sentidos aos seus corpos e aos seus cabelos crespos e cacheados. O caso de Juliana Bernardino deixa evidente que tanto antes quanto depois da transição capilar ela fazia uma leitura da associação de sua cor e da textura de seu cabelo à negritude, ou seja, a uma leitura racializada de seu corpo. No entanto, somente no segundo momento, ela se apropriou desses traços fenotípicos em seus próprios termos, de forma autodefinida (COLLINS, 2019), o que auxiliou a resistência à sua objetificação como o “Outro”.

Outro fator propulsor da passagem pela transição capilar das fontes estudadas são as relações familiares com pessoas mais jovens. O modo como crianças enxergam seus cabelos aponta que o desejo de mudança é influenciado pelo meio social em que essa pessoa no estágio inicial da vida em sociedade está inserida: “[...] diz respeito à construção dessa criança conquanto sujeito em relação à própria imagem e também é resultado de relações sociais assimétricas, baseadas na imposição de modelos de homem, de mulher, de adulto, de raça e de etnia.” (GOMES, 2019, p. 193). Tomando consciência disso, a fonte Tallita Craveiro, que iniciou o alisamento capilar aos cinco anos, decidiu deixar de alisar os cabelos quando adulta ao perceber que sua prima Bárbara Araújo, com seis anos, estava começando a “[...] achar o cabelo cacheado feio por causa das amigas que tem (*sic*) as madeixas lisas.” (MELO, 2015b, online).

Ademais, a servidora pública tomou outras providências: “Mostrei muitas fotos e vídeos de meninas cacheadas para ela. Acho que por conhecer outras pessoas que também passam por isso, nos sentimos menos sozinhas.” (MELO, 2015b, online). Ao notar que o processo vivido por ela na infância se repetia na vida da prima, Craveiro construiu referências positivas para a criança. Primeiro concluiu que ela poderia ser uma referência

para a prima; depois, buscou outras formas de aumentar o repertório da criança em termos de entendimento da beleza e da valorização dos cabelos cacheados. Segundo o relato, “Depois disso, ela [Bárbara Araújo] passou a amar mais o cabelo dela.” (MELO, 2015b, online, acréscimo nosso).

A relação familiar com uma pessoa mais jovem também foi motivação para a descontinuação dos alisamentos capilares de Quele Oliveira, que iniciou os processos aos quatorze anos para ser aceita em ciclos de amizade (BARBOSA, 2016, online). A cabeleireira conta: “Minha filha tinha vontade de usar o cabelo armado e não tinha influência. Sendo cabeleireira, já ouvimos todo tipo de comentário de clientes sobre o motivo de estarem alisando. Então, decidi dar um basta.” (BARBOSA, 2016, online). Os relatos de Craveiro e Oliveira demonstram que é possível haver um processo de influência intergeracional inverso, ou seja, não apenas os adultos influenciam crianças a atribuírem sentidos positivos ou negativos a suas características fenotípicas, mas as próprias crianças podem ser agentes de incentivo da alteração do modo como pessoas adultas veem a si mesmas em termos fenotípicos e até raciais.

No caso de Quele Oliveira houve um segundo fator de influência: seu trabalho como cabeleireira. Parte dos sujeitos da pesquisa de Gomes (2019) eram cabeleireiros e a antropóloga observa que os salões são espaços que mostram as tensões e complexidades da construção de subjetividade de pessoas negras:

Nesses espaços é possível presenciar situações que expressam a dificuldade da família negra e mestiça de cuidar do cabelo crespo dos filhos e filhas. Situações que nos mostram que, desde muito cedo, as crianças negras e mestiças, principalmente as meninas, aprendem a construir na família uma imagem distorcida de si mesmas (GOMES, 2019, p. 166).

Assim, embora não nos permita compreender em que tipo de ambiente a fonte desenvolvia sua atividade profissional como cabeleireira, a análise de seu depoimento nos permite inferir que a decisão da cabeleireira de deixar de alisar os cabelos se constitui também em razão de sua atuação profissional ao “ouvir todo tipo de comentário sobre o motivo dos clientes decidirem alisar os cabelos”.

Os relatos estudados mostram os contornos do funcionamento daquilo que Collins (2019) nomeia como imagens de controle. Dimensão ideológica do racismo e do sexismo, essas imagens estão ancoradas em uma lógica de pensamento binário que produz mulheres

negras como o “Outro” da sociedade, fortalecendo as opressões que recaem sobre o grupo, ao mesmo tempo em que se produzem benesses para pessoas brancas. Isso está longe de significar que não há resistência dos grupos subordinados, mas demonstra o quanto a dimensão ideológica do racismo e do sexismo é eficaz e influencia relações interpessoais e atuação de instituições sociais.

Em razão da estruturação binária, para serem consideradas bonitas, as mulheres brancas são colocadas em oposição às negras, por sua vez, consideradas a representação da feiura e da inadequação absoluta. Logo, a valoração da beleza é atravessada por raça, gênero e sexualidade, já que:

A negritude dos homens negros os penaliza. No entanto, por não serem mulheres, valorações de sua autoestima não dependem tanto de quão atraentes são no aspecto físico. Em contraste, parte da objetificação de toda mulher está ligada à valoração de sua aparência. No pensamento binário, mulheres brancas e negras, como coletividades, representam polos opostos, enquanto latinas, asiático-americanas e indígenas disputam as posições intermediárias (COLLINS, 2019, p. 167).

As hierarquizações produzidas de acordo com a marcação racial alcançam também a dimensão da estética, definindo o que é ou não belo. Nesse sentido, as representações produzidas acerca dos relatos das fontes explicitam as tensões e as implicações das imagens de controle no cotidiano das fontes. Embora apenas a fonte Juliana Bernardino se autodeclare como mulher negra nos textos, os relatos demonstram que as vivências apresentadas são consequência e materialização do racismo em diferentes instâncias e fases das vidas dessas mulheres.

## 5 Grupos de apoio durante a transição capilar

À época da escrita da matéria jornalística *No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos* (MELO, 2015b, online), a fonte Tallita Craveiro fazia parte do grupo de *WhatsApp* “Cacheadas AC”, que objetivava “[...] reunir mulheres com cabelos cacheados e crespos para troca de informações, dicas e apoio em situações de preconceito” (MELO, 2015b, online). Segundo o texto, o grupo tinha 53 membros (mulheres) e era procurado por quem buscava “[...] apoio para enfrentar a temida transição capilar” (MELO, 2015b, online). De início, a transição é interpretada e representada no texto como um

processo que gera temor e demanda uma rede de apoio, algo na maioria das vezes não encontrado na família.

O texto diz que no grupo circulavam dicas de texturização e cuidados diários com os cabelos. Craveiro ressalta o que considera mais importante nesse contato coletivo: “[...] é saber que tem outras pessoas passando pela mesma coisa. A transição capilar é muito difícil. Tem muita gente no grupo que sabe muito mais do que eu, se tenho dúvidas pergunto para elas, sejam produtos, dicas de corte ou texturização.” (MELO, 2015b, online). É possível perceber alívio da fonte ao constatar que havia mais pessoas passando pelo mesmo processo, o que despertou nela a sensação de pertencimento e fortaleceu a tomada da decisão que classificou como “muito difícil”.

A estudante Camila Oliveira enxergava no grupo Cacheadas AC um lugar de apoio, um espaço de fortalecimento e ajuda mútua: “No grupo te incentivam, te ajudam e apoiam.” (MELO, 2015b, online). Elimara Santos também integrava o grupo e destacou a natureza das informações que circulavam nele: “Consegui dicas de hidratações entre outras (*sic*). Sempre damos apoio às meninas que sofrem preconceito.” (MELO, 2015b, online, acréscimo nosso).

Já o texto *Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado*, aparentemente, é fruto de uma pauta sobre o evento “16 dias de Ativismo Contra a Violência Contra a Mulher”, realizado em Cruzeiro do Sul (Acre) a fim de “[...] promover ações de combate a todo e qualquer tipo de violência.” (BARBOSA, 2016, online). Segundo a matéria, um dos temas debatidos na abertura do evento foi “[...] o cabelo cacheado ou crespo como identidade.” (BARBOSA, 2016, online).

No debate, a história da manicure Jaqueline Silva chamou a atenção. Ela relatou ter perdido uma vaga de emprego durante a transição capilar:

A moça me disse que eu tinha ido muito bem na entrevista, mas, como estava no processo de transição capilar, não poderia ocupar a vaga. A não ser que alisasse o cabelo. Foi naquele dia que decidi que ninguém mais iria colocar regras no meu cabelo.” (BARBOSA, 2016, online).

Na história de Silva, o cabelo foi um critério eliminatório nas regras do mercado de trabalho e deu prosseguimento à série de violências que ela sofreu ao longo da vida com relação aos cabelos — como visto no tópico anterior, na infância, ela relatou ter se sentido fora do padrão do grupo de meninas de cabelos lisos, além de ter vivido uma situação de violência em que seu cabelo foi amarrado a uma cadeira e cortado.

Segundo o texto, dois anos antes do evento, a cabeleireira Quele Oliveira havia criado o projeto “Meu cabelo, minha identidade”, que tem um objetivo semelhante ao do grupo Cacheadas AC: “[...] passar dicas e informações sobre os cuidados com os cabelos cacheados e também lutar contra o preconceito que ainda existe.” (BARBOSA, 2016, online). Além das semelhanças entre os propósitos do grupo de *WhatsApp* “Cacheadas AC” e do projeto “Meu cabelo, minha identidade”, há, em ambas as iniciativas, a menção ao combate ao preconceito.

Pelo contexto das matérias, é possível inferir que a palavra “preconceito” alude ao sentido racial, uma vez que os textos tratam de processos de aceitação de cabelos crespos e cacheados e apresentem relatos de mulheres que sofreram diferentes tipos de violência relacionados aos cabelos ao longo da vida. Porém, essa compreensão fica no plano da interpretação, pois os textos não mencionam o termo “preconceito racial”.

Um segundo ponto que chama atenção é o fato de que tanto o grupo de *WhatsApp* “Cacheadas AC” quanto o projeto “Meu cabelo, minha identidade” serem representados como ambientes em que o apoio mútuo e a experiência compartilhada fazem diferença. Nesse sentido, é possível trazer à baila o conceito de “espaços seguros”. Eles “[...] formam locais privilegiados de resistência à objetificação como o Outro.” (COLLINS, 2019, p. 185). Assim, detalha a autora, promovem o empoderamento de mulheres negras por meio da autodefinição e as ajudam a resistir à ideologia hegemônica que circula na sociedade.

Essa dinâmica revela a natureza da dialética que existe entre opressão e ativismo. Se de um lado a mídia e outras instituições, inclusive governamentais, reproduzem imagens de controle das mulheres negras, produzindo-as como o “Outro”, por outro, elas utilizam as redes familiares e as instituições da comunidade negra como ambiente para resistir a tais imagens, construindo percepções a partir de um ponto de vista autodefinido (COLLINS, 2019). A autodefinição é importante porque:

Nossas lutas individuais, quando interligadas a ações em grupo, ganham novo significado. Dado que nossas ações como indivíduos fazem com que deixemos de simplesmente existir no mundo e passemos a ter algum controle sobre ele, elas nos permitem ver a vida cotidiana como um processo e, portanto, como algo passível de mudança (COLLINS, 2019, p. 215).

De outro modo, a articulação entre as dimensões pessoal e coletiva fortalece as lutas de mulheres negras de tal forma que mudanças em aspectos da vida cotidiana são parte da transformação almejada, como uma etapa na construção do projeto de sociedade buscado,

embora, obviamente, necessitem estar articuladas a um processo macro, que modifique as estruturas. A autora cita três espaços seguros que historicamente fazem diferença na vida das afro-americanas: relações entre mulheres negras; tradição do *blues*; e vozes das escritoras negras. Considerando as aproximações possíveis ao *corpus*, nos deteremos à abordagem do primeiro.

As figuras maternas são importantes no processo de transmissão de conhecimento cotidiano para sobrevivência de mulheres afro-americanas (COLLINS, 2019). Além dessas figuras, “No conforto das conversas cotidianas, em momentos mais sérios e nos bem-humorados, as afro-americanas, como irmãs e amigas, reafirmam a humanidade, o caráter singular e o direito de existir umas das outras.” (COLLINS, 2019, p. 188). A relação entre mulheres negras pode servir como espaço de reconhecimento compartilhado tanto de dores quanto das potencialidades de suas vivências semelhantes. Nesse sentido, “Para as afro-americanas, o ouvinte mais capaz de romper a invisibilidade criada pela objetificação das mulheres negras é outra mulher negra.” (COLLINS, 2019, p. 190).

Embora apenas uma entre as oito fontes-personagens dos três textos jornalísticos analisados neste artigo se defina como negra de forma explícita, é possível aproximar o conceito de “espaços seguros” do grupo de *WhatsApp* “Cacheadas AC” e do projeto “Meu cabelo, minha identidade”, uma vez que as fontes Tallita Craveiro e Quele Oliveira demarcam a centralidade de ambos para a troca de informações sobre os cuidados capilares e ao mesmo tempo os definem como espaços de fortalecimento e apoio mútuo para as mulheres que porventura sofram “preconceito” por conta da decisão de passar pela transição capilar.

As representações jornalísticas estudadas revelam que saber de outras mulheres vivenciando o mesmo processo e construir uma rede de apoio é fundamental na transição capilar, já que, como demonstrado antes, o processo afeta desde a autoestima das mulheres até o modo como elas são percebidas e tratadas nas relações sociais e no mercado de trabalho. Tanto o projeto quanto o grupo são espaços de encorajamento para lidar com essa etapa de mudança e autoaceitação. As relações familiares também serviram como espaço para reflexão e tomada de decisão por parte dessas mulheres, ao decidirem passar pela transição capilar, ao notarem que crianças de suas famílias internalizavam os efeitos de processos de negação dos seus cabelos.



## 6 Aspectos jornalísticos

Em termos jornalísticos, o primeiro ponto que nos chama atenção é o uso da palavra “preconceito” em lugar de “racismo”. A primeira palavra é escrita onze vezes nos três textos jornalísticos (duas vezes no primeiro texto; quatro no segundo; e cinco no terceiro). Como já dito, o contexto apresentado nas matérias nos leva à compreensão de que a palavra “preconceito” alude ao sentido racial. O preconceito racial pode ser definido como “[...] o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

O preconceito é a mentalização inicial que pode resultar em atribuição de tratamento negativo a sujeitos pertencentes a determinado grupo racializado, mas a análise dos relatos das experiências das fontes permite dizer que elas viveram efeitos do racismo, pois foram submetidas a uma “[...] forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Quando pessoas são submetidas a situações de terem seus cabelos amarrados a uma cadeira, serem excluídas de processos seletivos de emprego por estarem em transição capilar ou mesmo privadas da possibilidade de construir relações de amizade e interação social na infância, elas estão sendo vítimas de racismo. Está em curso um violento sistema de dominação ancorado na crença de que um grupo racial é superior a todos os demais e, portanto, benesses e malefícios devem ser distribuídos socialmente de acordo com tais classificações hierarquizantes.

Outro aspecto que se destaca é o fato de a elaboração dos textos jornalísticos ser guiada unicamente pelas narrativas das fontes-personagens. A única fonte oficial dos textos do *corpus* é Rosalina Souza, coordenadora do Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher. O foco nos relatos coletados nas entrevistas permite ampla discussão sobre as dinâmicas envolvidas nos tratamentos dos cabelos crespos e cacheados. Contudo, a construção das matérias baseada exclusivamente nos relatos dessas “personagens reais” (SILVA, 2014, p. 66) compromete a politização do debate, pois as decisões de alisar o cabelo e retomar a textura capilar natural são construídas socialmente, embebidas das dinâmicas

raciais vividas no Brasil.

O jornalismo que aborda tais questões não pode se furtar de promover uma discussão aprofundada que considere os fatores raciais e políticos. Há vasta literatura sobre a transição capilar, há fontes capacitadas para falar desse assunto a partir de um ponto de vista histórico, enfatizando as dimensões racial, cultural e política. Nesse sentido, a consulta a fontes especializadas (pessoas ou instituições com notório saber específico sobre determinado tema) ou referenciais (materiais bibliográficos documentais ou midiáticos que fundamentam o conteúdo discutido nas notícias e reportagens), para usar a classificação organizada por Schmitz (2011), poderia ter conferido às matérias do *G1 Acre* uma contextualização melhor elaborada.

As falas das fontes representadas nos textos apresentam essas sujeitas não apenas como vítimas dos efeitos do preconceito (que entendemos como racismo), mas também como pessoas que resistem a tal sistema de dominação muitas vezes atravessado pelo sexismo. As jornalistas poderiam ter provocado as fontes na direção de entender e registrar como essas mulheres se identificavam racialmente, já que as matérias se propuseram a discutir efeitos que, como buscamos demonstrar, são produtos do racismo.

## 7 Considerações finais

A análise dos textos evidencia que as matérias ensejam diversas reflexões sobre os atravessamentos envolvidos nas decisões de mulheres tanto com relação à decisão de alisar os cabelos crespos ou cacheados quanto à escolha de abandonar os alisamentos físicos (facilmente reversíveis) ou químicos (com maior grau de permanência). Embora as fontes, à exceção de Juliana Bernardino, não se autotranscrevam como negras nos textos, o estudo revela a dinâmica vivida pelas pessoas que não têm cabelos lisos, ou seja, que estão distantes da norma da branquidão. A lida com os cabelos aproxima-se, assim, do modo como a discussão racial focada nas tonalidades de cor de pele se apresenta no Brasil: baseada em um *continuum* de cor de pele e de texturas capilares.

A infância e a adolescência foram fases importantes no processo de ampliação do horizonte social vivenciado por essas sujeitas que, principalmente, no ambiente escolar, passaram a ter que lidar com uma série de violências que iam desde a dimensão simbólica e verbal até a agressão física. Todos os relatos frisam que a decisão de alisar os cabelos não foi

puramente estética, livre, mas uma tentativa de alcançar a humanização. As relações familiares ora empurraram as fontes para o alisamento capilar ora estimularam sua decisão de passar pela transição. Já o grupo de *WhatsApp* “Cacheadas AC” e o projeto “Meu cabelo, minha identidade” serviram como rede de apoio na etapa da transição e suporte no enfrentamento de situações de racismo (embora os textos não digam exatamente como isso era feito) servindo como espaços seguros (COLLINS, 2019).

Em termos jornalísticos, chama atenção o fato da perspectiva das matérias ser guiada unicamente pelas narrativas das fontes-personagens, deixando de lado uma contextualização que relacionasse todas as vivências narradas ao sistema de dominação que as origina: o racismo. Compreendemos como perda o fato dos textos não racializarem o debate a partir das próprias fontes. Neste caso, surge a curiosidade de saber como as mulheres entrevistadas se autoidentificam racialmente. Os textos não nos permitem saber disso, o que fortalece a espécie de descolamento do cabelo crespo e cacheado da discussão racial.

Outro ponto que se destaca é a não menção à palavra “racismo” nos textos. Ao não nomearem apropriadamente os fenômenos de que trata, os textos apresentados deixam de lado as implicações da pergunta proposta por Moraes (2015, p. 119): “por que as coisas são como elas são?” e, conseqüentemente, limitam sua possibilidade de problematização sobre eles e comprometem a construção de representações que em alguma medida desloquem o que já é dado como norma social.

O fato de os textos terem sido publicados em novembro (dois em 2015 e um em 2016) pode indicar a tentativa de pautar temáticas raciais em razão do mês da consciência negra. Não há problema em ser este um dos motivos da publicação das matérias. O problema existe caso nos demais meses do ano não se abordem variadas temáticas a partir do viés racial. Pautar o tema é importante, pois pode ajudar a retirá-lo da zona da invisibilidade, mas não é suficiente, é necessário “[...] desmontar o acontecimento, promover a desnaturalização do fato” (MORAES, 2015, p. 114). O aprofundamento e a complexificação das pautas são necessários para a construção de representações jornalísticas que de fato medeiem de modo provocativo saberes de outras áreas do conhecimento conjugando o potencial informativo, analítico e reflexivo do jornalismo.

## Referências

- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARBOSA, A. Manicure diz que já perdeu vaga de emprego por ter cabelo cacheado. **G1 Acre**, Rio Branco, 22 nov. 2016.
- COLLINS, P. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GOMES, N. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- HALL, S. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.** Rio de Janeiro, 2019.
- MELO, Q. Preconceito levou mulheres a alisarem cabelo ainda crianças: ‘ouviam apelidos’. **G1 Acre**, Rio Branco, 13 nov. 2015a.
- MELO, Q. No AC, cacheadas criam grupo para enfrentar preconceito e amar cachos. **G1 Acre**, Rio Branco, 20 nov. 2015b.
- MORAES, F. **O nascimento de Joicy:** transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.
- MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos** – jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- SCHMITZ, A. Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.
- SILVA, J. **“Aquela preta era eu”:** representações sobre mulheres negras em matérias dos sites ContilNet Notícias e G1 Acre. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2022.
- SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo:** modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

## "Cacheada, pixaim ou sarará": straightening and capillary transition in *G1 Acre* texts

### Abstract

This article aims to verify how journalism, in three articles on the *G1 Acre* website, interprets and represents how women deal with their curly hair, starting from the understanding that such capillary textures are inserted in the intense games of Brazilian racial relations, self-proclaimed country of racial democracy. As specific objectives, we seek to identify in the narratives of the sources the social, family and racial crossings that made them take the decision to straighten their hair and then go through the hair transition process; and, finally, understanding the role played by support groups for women who decide to undergo hair transition. The three articles analyzed were published on the website in November 2015 and November 2016 and will be analyzed based on the theoretical elaborations of Nilma Lino Gomes, Stuart Hall and Patricia Hill Collins, among others. The content analysis of the texts shows that the journalistic representations of the phenomena are limited to the narrative of the source-characters, leaving aside the possibility of a historical and political deepening of the racial conflicts expressed in the treatment of curly hair in Brazilian society.

### Keywords

hair; *G1 Acre*; journalism; black women; racism

### Autoria para correspondência

Francielle Maria Modesto Mendes  
franciellemodesto@gmail.com

Jaine Araújo da Silva  
araujojaine7@gmail.com

### Como citar

MENDES, Francielle Maria Modesto; SILVA, Jaine Araújo da. “Cacheada, pixaim ou sarará”: alisamento e transição capilar em textos do *G1 Acre*. *Intexto*, Porto Alegre, n. 53, e-125451, 2022. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583202253.125451>

Recebido: 24/06/2022  
Aceito: 18/10/2022

